

ORDENAÇÃO URBANA

As transformações espaciais da República brasileira

Valéria Eugênia Garcia
Maria Angela P. C. S. Bortolucci

Resumo

Trata da compreensão dos espaços públicos e edifícios centrais da cidade como elementos essenciais na organização simbólica da estrutura de poder local determinada a inscrever sua autoridade por meio de uma hegemonia espacial. O objeto empírico é a cidade de Jaboticabal do início do século XX, palco de um vigoroso crescimento urbano deflagrado pelo avanço final da franja cafeeira no território paulista. Os locais em disputa — a praça central e o terreno do antigo cemitério — deveriam abrigar a nova Igreja da Matriz a ser reconstruída seguindo padrões estéticos europeus. Os atores relacionados a estas estruturas de poder local foram a Igreja Católica e a Câmara Municipal, influenciada pelos pensamentos liberais e iluministas que impulsionaram tanto a difusão da Maçonaria quanto a implantação do regime republicano. Tomando por base fontes primárias pesquisadas em arquivos locais, jornais, documentos eclesiásticos, atas e leis municipais, analisa como os discursos institucionais em suas variadas escalas — mundial, nacional, regional e local — entrelaçam-se de maneira particular, para materializar formas espaciais carregadas de significados que transitam em um meio difuso de continuidades e transformações.

Palavras-chave: História urbana. Praça. Igreja. República. Propriedade da terra. Brasil. São Paulo.

Praça: várias temporalidades e múltiplos significados

As áreas centrais de muitas cidades do interior paulista surgiram em semelhança a estruturas urbanas medievais. Trata-se de uma afinidade fundada na conjuntura da própria formação destes espaços que estabelece uma ligação de dependência entre a população e o edifício da igreja. De forma paralela, Baschet (2006:282-296) pautado por suas investigações no contexto da Nova Espanha, entende esse processo como resultado de um feudalismo tardio e dependente, marcado pela condição periférica do mundo colonial. Explica que se a idéia de *dominium*¹ acontece de forma diferenciada dos modelos europeus, a aproximação do papel da Igreja Católica é claramente mais cômoda. A Igreja colonial e a Igreja medieval repetem-se em suas características: riquezas materiais, imensidão de terras possuídas, organização do clero, “formas de evangelização, pregação e confissão como instrumentos de controle social e importância do culto dos santos e das imagens” (Baschet, 2006:285). Entretanto, sua mais importante contribuição está no estabelecimento dos quadros espaciais. Não se trata apenas da transposição das estruturas do espaço sagrado cristão, mas da ordenação do hábitat, de tal modo que a praça da matriz tornou-se ponto central de articulação na organização da paisagem urbana, sempre marcada por suas qualidades fundamentais, a ordem simbólica entrelaçada às estruturas de poder atuantes no solo colonial.

¹ Relação entre senhores e produtores dependentes. Assegura a organização do essencial da produção no seio de unidades fortemente integradas e largamente autônomas. Nesse quadro, o *dominium* é caracterizado pelo fato de que os dominantes exercem simultaneamente o poder sobre os homens e sobre as terras (Baschet, 2006, p. 279).

No Brasil a legislação do século XIX² favoreceu a estrutura e a organização paroquial que manteve o quadro social e urbano moldados pelas ordenações portuguesas (Andrade, 1966:162). Neste sentido, Marx (2003:17-40) aponta que as normas eclesiásticas foram mais fielmente seguidas que as ordenações do Estado. Assim, a forma como se deu a associação entre Coroa e Mitra marcou nossos assentamentos urbanos com peculiaridades urbanísticas claramente assinaladas nos espaços públicos centrais. A cisão nesse processo de sacralização do espaço somente ocorrerá com a proclamação da República. Este trabalho observa, em um recorte local preciso, os câmbios da trama social que estruturava o meio urbano frente à instalação do modo de produção capitalista, à mudança de regime administrativo e às implicações espaciais da secularização da sociedade paulista. Essa convergência secular acabou por transformar lugares, heterogêneos por natureza, em espaços cívicos homogêneos em sua constituição, no entanto, atravessados por antigas relações sociais. Trata-se de um processo de transformação, não obstante abalizado por um conjunto de permanências. Ao abordar estes marcos centrais — igreja e praça — é importante entender as forças e as estruturas de poder que ali atuaram, determinadas a inscrever sua autoridade por meio de uma hegemonia espacial. No caso em questão, o Estado republicano e a Igreja Católica.

Largo da Matriz ou Praça da República?

“Ah, Exmo Revmo Senhor Arcebispo, *quamquam animus meminisse horret veritatem dicere non erubesco. Inimicus homo hoc fecit!!*”³ (Mitra Diocesana de Jaboticabal, 1909). Este é o tom de desabafo que o cônego Nunzio Grecco dirige a seu superior, o Arcebispo de São Carlos, em uma carta datada de 31 de dezembro de 1909. Este tipo de documento, geralmente embasado por palavras de amor filial e votos de paz e saúde, neste caso tem uma postura diversa. O vigário administrava a Fábrica⁴ de Nossa Senhora do Carmo de Jaboticabal, o que significa que o patrimônio local da Igreja estava sob sua autoridade durante o período de 1903-1910. A razão da disputa foi a necessária mudança de local da igreja matriz, já que o largo onde foi erigida estava destinado a tornar-se uma praça de inspiração européia e integrava as pretensões políticas e administrativas da Câmara Municipal que exigiam a urbanização e o embelezamento em nome do progresso. O cônego desejava a Matriz como um marco simbólico na paisagem, localizada em solo elevado e no centro de uma praça. Movido por este objetivo, pôe-se em uma “cruzada” para utilizar o terreno do antigo cemitério, fechado por razões sanitárias.

O patrimonio da matriz de Jaboticabal é um dos mais ricos da Diocese e no entanto tem sido espoliado pela nefasta intervenção do espírito satânico.

[...] Ninguém poderá duvidar q tratando-se de um edificio importante pelo seu Destino publico = uma matriz a prouver sempre o centro da cidade. Firme em tal propósito escolhi o lugar do cemiterio velho, fechado por ordem da Camara Municipal e às expensas da fábrica. Esta minha resolução melindrou o fanatismo masonico, cujo veneravel, um atheo professo, mercenario ruísse à saldo da difamação e da calumnia procurou todos os meios para diffcultar o início das obras. Valendo-se da nefasta influencia para com todos os vereadores masons fez profanar o

² Entre estes: os artigos 2 a 23 do Regimento das Câmaras de 1828 e a Lei 396 de 19 de agosto de 1846.

³ Tradução: Embora o meu espírito tenha horror de lembrar-se, eu não me envergonho de dizer a verdade. O Diabo fez-se por este homem.

⁴ Fábrica da Igreja: adaptação do termo latino *Fabrica Ecclesia* que significa a construção de uma igreja, no entanto, em um sentido amplo também diz respeito aos fundos necessários para tal obra. A expressão pode ainda ser usada para designar os serviços de reparo e manutenção de igrejas e os custos dos empreendimentos missionários.

cemiterio sem a prévia licença para a remoção dos restos mortaes negando q o terreno do cemiterio pertencesse à Fábrica. Dos documentos junto V. Exa. Revma. verá qual foi a resolução da Camara. Absurdo eu da maior prudencia não querendo demandar com a Camara pedi aos senhores vereadores o favor de esperar q o novo Bispo de São Carlos tomasse posse da Diocese para S. Exa resolver o litigio. Qual foi resultado? = imediatamente se movem uma serie de calumnias e de injurias ao vigario por diffcultar o embelezamento da praça em frente ao edificio da masonaria (Mitra Diocesana de Jaboticabal, 1909).

O texto inflamado revela em sua faceta local os desdobramentos da proclamação da República no Brasil e as ações de instauração de um governo secularizado. Se Holanda (1995:171-2) aponta a abolição da escravidão (1888) como um evento necessário a um novo sistema que desloca a gravidade dos domínios rurais para os centros urbanos, será esse viver cidadão que demandará uma definição das relações dos indivíduos com esfera pública inerente a urbes. Se por Habermas (1984:15) é possível entender a ligação desta esfera pública associada à ascensão de uma sociedade burguesa estruturada na produção e comércio, é igualmente possível antever a dificuldade desta tarefa em se tratando de uma sociedade de limites espaciais incertos, desprovida, exceção feita aos grandes centros litorâneos, de uma classe capaz de manter relações horizontais de dependência que demandariam a criação de locais apropriados para o exercício de suas interações sociais. Mesmo a capital, Rio de Janeiro, foi apresentada por Carvalho (2006:153), tendo como base o censo de 1906, como uma cidade pré-burguesa, onde três vezes mais indivíduos estavam engajados em atividades administrativas, transporte e serviços domésticos em detrimento das atividades industriais. Caberá ao nascente Estado republicano, em sua atuação local, a criação, ou melhor, a adaptação das praças centrais das cidades para servir como espaços de mediação de poder. Essa transformação dos grandes e pequenos centros urbanos brasileiros é alimentada pelo desígnio de recriar o imaginário popular dentro dos valores do regime instaurado em novembro de 1889. Esse imaginário é constituído por ideologias e utopias, e expresso por símbolos, alegorias, rituais e mitos. A manipulação destes é fundamental em momentos de mudança política e social e especialmente eficaz na redefinição de identidades coletivas (Carvalho, 2004:10-1).

A República brasileira não foi monolítica em sua base ideológica, no entanto, a prevalência do projeto positivista proporcionou um amplo espectro de símbolos pátrios adaptados do imaginário comtista. Abstratos universais como humanidade, nação, bem, verdade e justiça passaram então a operar como padrões básicos de referência e as palavras “civilização” e “modernidade” entraram definitivamente no cotidiano pela propaganda sistemática promovida pelo governo (Carvalho, 2004). Tratava-se de “modernizar” e “civilizar” os povos “atrasados”, nessa conjuntura, civilização era sinônimo do modo de vida dos europeus da *Belle Époque* (Sevecenko, 2003:146). O próprio lema — Ordem e Progresso — era passível de uma projeção articulada no cenário urbano, para tanto, entendemos os marcos visuais da paisagem, signos e instrumentos de poder das instituições que os edificaram, também como uma produção simbólica. Neste sentido, os símbolos são instrumentos privilegiados da integração social, enquanto ferramentas de conhecimento e comunicação tornam possível um consenso acerca do sentido do mundo social e contribuem sobremaneira para a reprodução da idéia de ordem na sociedade (Bourdieu, 2005:10). Por isso, no interior do Estado de São Paulo a apropriação da praça central, a ação da polícia higienista e a retificação dos traçados faziam-se necessários.

A correspondência do cônego Grecco também chama a atenção para o paradoxo entre os discursos políticos e uma história concreta, ainda a ser contada, sobre a luta pela propriedade e administração das praças dos municípios de São Paulo. Os debates acerca da

Questão Religiosa⁵ (1872), que deflagraram o processo de reorganização da hierarquia eclesiástica incomodada por sua situação submissa à Coroa portuguesa e mais adiante ao Império brasileiro (Azzi, 1974), tinham em sua base os mesmos elementos que contrariaram o clérigo de Jaboticabal. Entre estes, um progressivo desacordo com as idéias liberais da Ilustração, especialmente circuladas pela Maçonaria (Barata, 1999:100-110) e uma crescente incerteza sobre o destino do patrimônio territorial da instituição. Ademais, a segunda metade do século XIX é também uma etapa de reorganização para a própria Santa Sé, marcada pela publicação das encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum* (1864) e pelo Concílio Vaticano de 1870. Estes foram os passos fundamentais para o fortalecimento organizacional da Igreja Católica, garantindo a sobrevivência de sua estrutura institucional no mundo contemporâneo. Logo, uma expansão dos prelados eclesiásticos ocorreria com particular atenção aos domínios latino-americanos (Miceli, 1988:11-29). No Brasil, como todas as instituições sociais, políticas e culturais, a Igreja também estava fundada na propriedade territorial. Se, durante o período imperial, esteve sujeita à autoridade do Imperador, a insegurança do movimento republicano era também uma ameaça para a instituição. O padroado, um organismo medieval dos países ibéricos, estabeleceu uma associação que tornou possível o processo de colonização, por ele uma grande parte das terras urbanas foi legada à administração eclesiástica, proporcionando uma renda adicional sobre as transações imobiliárias e o recolhimento de taxas anuais sobre terrenos aforados (Hoornaert, 1979:33-41). No âmbito local, isso significava, entre outras coisas, a provisão de meios para o exercício religioso e a arrecadação de fundos para a construção e conservação dos edifícios religiosos.

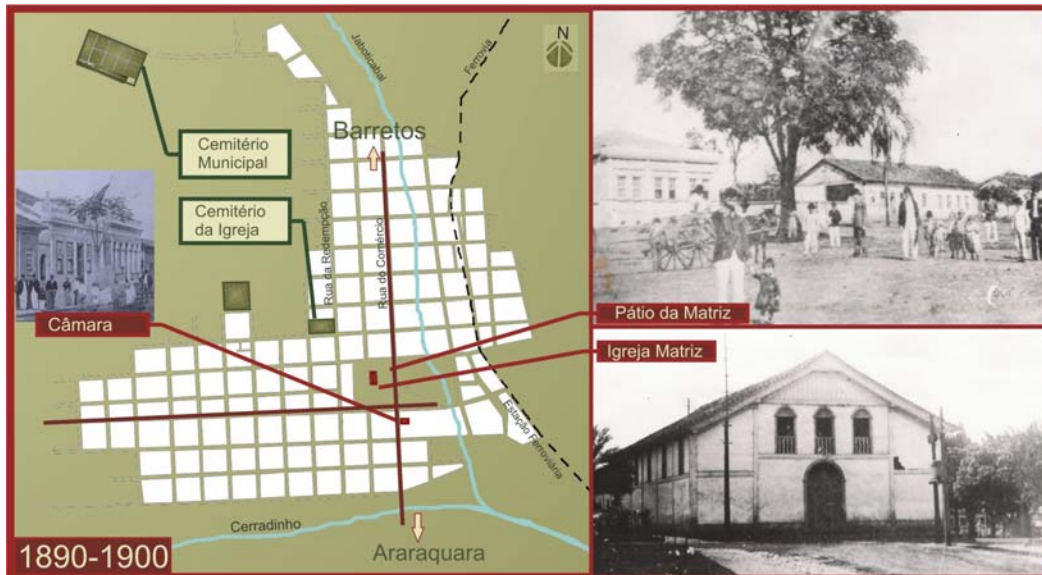
Em janeiro de 1890, menos de dois meses após a ascensão ao poder, a publicação do decreto de separação entre Estado e Igreja deixaria clara a vocação laica do novo governo. Os artigos nºs 2 e 3 proclamaram o direito de culto e a liberdade religiosa enquanto o artigo nº 4 extinguiu o padroado com todas as instituições, recursos e prerrogativas (Maria, 1981). Se o artigo 5º garantia a manutenção do domínio dos bens eclesiásticos, esse assunto se manteria como grave motivo de preocupação para o bispado. A inspiração republicana nas utopias filiadas à Revolução Francesa colocava em risco as propriedades da Igreja. D. Antonio de Macedo Costa expressa essa apreensão ainda em 1888, alertando para a possibilidade de dissolução do patrimônio religioso que poderia ser “violentamente desviado de sua instituição e absorvido pela voracidade do fisco, ou antes pela especulação privada, que nele já tem postos olhos cheios de cobiça” (Azzi, 1976). Este foi o contexto que abarcou o desacordo entre o cônego Grecco e a Câmara da cidade de Jaboticabal. São eles os soldados rasos de uma batalha na qual discursos abstratos de autoridades distantes — um Estado em formação e uma Igreja que se romaniza — materializam-se em elementos de forma urbana marcados pelo desejo de preeminência espacial.

Antes porem de todas essas miserias q revelaram uma verdadeira degenerescencia moral. Elle, o veneravel da masonaria de maos dadas com o presidente da associação anti-clerical em uma reunião realizada, propositalmente anularam a tarde multa dos anti-clericais de não pagar os foros de não pagar laudemio, pois tudo era uma verdadeira espoliação. Infeliz o povo local, seduzido pelo sórdido interesse recusar pagar os foros em enorme prejuízo da Fabrica.

E para q V Exa Revma possa ficar inteirada do modo que os tais procuraram difficultar a obra de Deus direi por diversos annos e com o unico fim de arranjar meios para a matriz nova.

⁵ Debate público acerca da expulsão de religiosos afiliados a Maçonaria. Trata-se de ato de rebeldia das autoridades eclesiásticas frente às ordens do Imperador. Essa insubordinação marcou a progressiva aproximação entre Igreja Romana e Igreja Católica brasileira, conhecido como processo de romanização (Barata, 1999, p.91-100).

Deixei de restaurar a velha Igreja o q motivou severas censuras pelos taes em artigos da imprensa, sempre com o fim de diminuir os recursos para a nova matriz. Quando porem, com a necessaria licença do Vigário Geral procurei restaurar a Igreja atual, a Camara deliberou mandar embargar as obras de restauração sob o futil motivo de = estar torta a Igreja. Creio pois, V. Exa. Revma. Sr Arcebispo, ter razão de dizer *Inimicus homo hoc fecit !!!* (Mitra Diocesana de Jaboticabal, 1909).



Núcleo urbano de Jaboticabal no período de 1890-1900

A faceta anticlerical de alguns setores republicanos e a ampla atuação pública de alguns membros da Maçonaria dão cores às críticas do Cônego que, frente aos desdobramentos locais de instauração do novo governo, vê impedido seu direito de propriedade sobre as praças da cidade. Se não bastasse, os documentos pesquisados no Arquivo da Mitra Diocesana de Jaboticabal mostram os contratempos no recebimento dos foros e as artimanhas jurídicas da população para fugir do laudêmio, somando-se ainda a dificuldade da própria Igreja em controlar as atividades dos administradores paroquiais em exercício. Desta forma, se a hierarquia Católica conseguiu preservar seus bens durante o processo de secularização, isso não tornou menos árdua a atuação dos párocos na disputa que se instaurou sobre as praças de inúmeras cidades paulistas. A própria toponímia ratifica a contenda, o antigo pátio, espaço orgânico em torno do edifício da igreja, transformou-se, no vocabulário da Câmara, em Jardim Público. Também, como exemplo, em grande parte destas cidades, depois das primeiras obras, o lugar foi designado como “Praça da República”, ou por nomes de figuras nacionais relacionadas ao evento. Com o transcorrer do tempo houve mudanças na nomeação dessas praças, mas na linguagem coloquial, até os dias de hoje, é apenas Praça da Matriz ou Praça da Catedral. No caso da cidade de Jaboticabal trata-se de dois locais em disputas: a Praça da República que abrigava a antiga Matriz e o terreno do cemitério da Rua Redenção, poucos quarteirões acima, que pela amplitude do lote e pela situação geográfica elevada, era para o cônego Núncio Grecco, local ideal para reconstrução da igreja, que já se cogitava como futura catedral. Coincidentemente ou não, este terreno abrigava em uma de suas esquinas o edifício da Loja Maçônica, Fé e Perseverança, instalada oficialmente na cidade no ano de 1889, e da qual o Cel. José Manoel Vaz de Sampaio era membro fundador.

Principal adversário do religioso Grecco nesse conflito, Vaz de Sampaio — republicano e maçom — corresponde ao típico perfil da atuação coronelista, representante da oligarquia agrícola-mercantil que controlava o poder público e orientava suas decisões no sentido de separar as demais classes do poder e manter seus privilégios (Janotti, 1981:9-12). Em um pacto não escrito, liberto dos obstáculos da centralização imperial, o coronel transforma-se num líder político e econômico cujo domínio sobre uma região é reconhecido como parte de seu patrimônio pessoal, situação comum na constituição administrativa brasileira que mesclava interesses públicos e privados (Faoro, 2000:240-246). Nas franjas cafeeiras paulistas o exercício do mando político pela figura de um coronel foi fundamental para o regime republicano, “dono” dos desejos políticos da população, sua autoridade proporcionou um processo pacífico de transição no ambiente local.

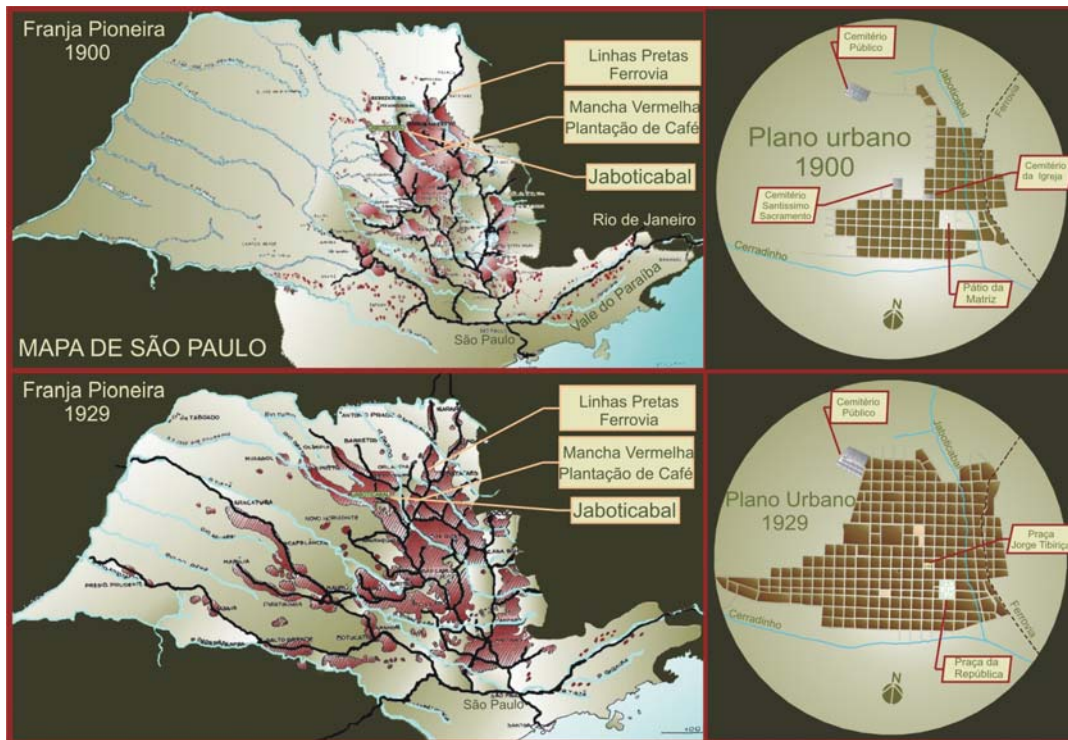
Um aspecto que desejamos ressaltar é a figura do coronel sob o ponto de vista paternalista, alguém com autoridade sobre o domínio urbano (Janotti, 1891:11). Novamente no jogo de forças de uma sociedade que se urbaniza, os laços agrários prevalecem sobre os outros elementos em cena. Vaz de Sampaio, como coronel e maçom, funções ligadas a sistemas altamente hierárquicos era enfaticamente paternalista, não obstante, a idéia de uma figura paterna transformando o meio citadino não seria suficiente para explicar a forma das cidades da frente pioneira em São Paulo. Reinberger (1997) apresenta um paralelo interessante com a colônia americana da Geórgia, em sua avaliação o plano de Savana concebido por um maçom dotado de um impulso paternalista similar é um exemplo da utopia de criar uma sociedade secular. Assim, a diferença fundamental está na própria origem da idéia urbana, uma sociedade fundamentada em compromissos da vida urbana, seja por razões utópicas, seja por interesse imobiliário, muito provavelmente materializará espaços de maneira diferente de outra centrada em fornecer o suporte básico para ocupação de um território agrícola. Na segunda metade do século XIX, as cidades do interior de São Paulo ainda serviam à natureza agrária de sua origem, coincidentemente muitos habitantes também não estavam engajados em atividades urbanas (Faoro, 2000:241). Portanto, até o princípio da República, o solo urbano foi legado à administração de pequenas paróquias que serviam apenas para proporcionar os requisitos mínimos para uma vida civil escassa. Este é o ponto crucial que explica os problemas urbanos que de certa forma persistem até hoje: deficiência de espaços públicos e carência de áreas de expansão. A Primeira República (1889-1930), impelida a criar um ambiente civil, será a primeira administração a enfrentar esta questão. Partindo dessa idéia, sustentamos que a propriedade do solo urbano era, de fato, o objeto em disputa entre a Câmara e a Igreja. Não uma cruzada divina, não exatamente o impulso urbanizador pautado pela premissa de embelezamento da cidade, e sim uma luta para consolidar uma autoridade urbana.

Estruturas simbólicas: o território, a cidade e a praça

A expansão cafeeira é importante nesse encadeamento à medida que insere o estado de São Paulo na conjuntura econômica nacional e introduz em seu território o modo de produção capitalista. Nessa região, isso significou uma política expansionista e agroexportadora que deixou marcas indeléveis na ocupação do solo, seja na estruturação de suas propriedades rurais, seja na formação de seus assentamentos urbanos.

O período de 1834-1929 delimita o avanço sobre as terras paulistas, em um processo pautado pela necessidade contínua de solo fértil (Saia, 1978:177-183). Monbeig (1984) apresenta esse movimento como “franja pioneira”, expressão usada para descrever o

progresso territorial em outros pontos do globo, mas que convém a essa região instável e incerta, uma fronteira que avança irregularmente e em direções confusas. Essa mancha de ocupação territorial estendeu-se pelo território paulista desde as divisas com o estado do Rio de Janeiro, alcançou núcleos urbanos já sedimentados no Vale do Paraíba e a partir da segunda metade do século XIX, abriu frentes ao norte e oeste do estado de São Paulo.



Avanço da franja pioneira em São Paulo e expansão do traçado urbano da cidade de Jaboticabal

A cultura do café sob a égide da marcha pioneira está intrinsecamente ligada à ocupação do território. Moraes (2005:77-87) aponta a constituição do Estado no contexto periférico como “territorial” muito mais do que “nacional”, frente à dificuldade de delimitar a nação e de gerar uma justificativa nacional. Na formação identitária tem-se um projeto de nação no qual expansão e ocupação do território dá sentido à própria existência do Estado. Trata-se fundamentalmente de um pacto conservador em que a perpetuação oligárquica e o Estado patrimonial são faces do mesmo processo. Assim, interesses públicos e privados misturam-se em um movimento de continuidade com a política colonial anterior. Essa espacialização do Estado é seguida pelos processos de modernização que basicamente suprem tais territórios das infra-estruturas e equipamentos requeridos pelos mecanismos de penetração do capitalismo. Se no aspecto macro do âmbito nacional esse período correspondeu a uma política de dependência externa e ao endividamento do país, no microcosmo, da organização municipal em estudo, a situação não foi diferente.

Acta da sessão extraordinária de 17 de junho de 1910 [...]

O senhor major presidente expoz o fim especial da presente sessão extraordinária determinada pela necessidade da Camara tomar conhecimento da exposição das Comissões de Contas e Obras, relativamente à situação financeira do municipio e meios de melhora-la de modo a satisfazer paralelamente as exigencias do progresso e bem estar publico com obras imprescindiveis e que só poderiam ser iniciadas depois de 1915, em face dos onus que as actuaes dividas impõem à municipalidade. Apresenta pois a deliberação da casa o trabalho

d'aquellas Comissões, empreendido ha mezes e exhibido após cuidadoso e demorado estudo. Lidos os documentos constantes de uma exposição, os orçamentos e quadros demonstrativos da marcha do serviço dos empréstimos actuaes a 10% e de um novo empréstimo de mil contos a 6% ao anno tudo acompanhado de um projecto de lei para esse novo empréstimo, pôe-se em discussão o assumpto do dito empréstimo com o fim de resgatar os compromissos actuaes e promover as obras especificadas no orçamento, que assim se expressa [...]

[...] Fica portanto claro que é imprescindivel uma nova nota, uma orientação nova na nossa vida financeira e, nesse sentido ninguém ousará contestar: Que toda a tentativa que não visar, antes de tudo, a instalação immediata de melhoramentos que sejam, directa ou indirectamente, fontes de renda dará resultado nullo, a par do sacrificio total do contribuinte e da energia da administração. É sob o imperio desse axioma que abordamos o assumpto de um novo emprestimo, capaz de proporcionar a Jaboticabal os meios de erguer-se collocando-se ao nivel de outros municipios, que, menos ricos e fertes, têm mantido uma inegavel reputação de credito e prosperidade, que bem traduzem o tino e capacidade dos seus administradores. (Câmara Municipal de Jaboticabal, 1905-1912:115-118)

Nessa conjuntura a secularização do solo urbano é um fenômeno fundamental na medida em que a lógica medieval anterior imbrica-se com elementos espaciais característicos de um Estado moderno. Cassirer (2003:160-195), partindo de Maquiavel, apresenta a condição secular como antecâmara da modernidade. Por meio de suas considerações sobre o mito e as estruturas de poder é possível vislumbrar o desafio da República ao enfrentar a tradição arraigada do regime anterior. Para legitimar o novo regime seria necessária a criação de elementos simbólicos associados à ordem que se desejava estabelecer. Neste sentido, a cidade que na franja pioneira paulista gravitava em torno da monocultura cafeeira transformou-se em *locus* para materialização de um discurso de signos. Nas palavras de Rama (1984:53), toda cidade elabora seu discurso de acordo com leis que evocam as gramaticais, desenvolvem essa linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas: a física, múltipla e fragmentada e a simbólica, que a reconstrói e ordena. Novamente, buscando entender esta qualidade simbólica do espaço através das considerações de Bourdieu (2005:11-15), tem-se que o poder não reside nos sistemas simbólicos, mas na relação entre os que o exercem e os que lhes estão sujeitos. No ambiente paulista a República aliada à oligarquia cafeeira usou a cidade como vitrine de seu poder. A paisagem urbana, no entanto, é paradoxalmente marcada pela prevalência do edifício religioso no horizonte, herança do agrarismo gerador desses núcleos interioranos que perpetua características das cidades pré-industriais.

A praça no contexto brasileiro nunca foi regida por um código ordenador a exemplo da *Recopilación de las leyes de los Reinos de las Indias*, que dispunha instruções precisas sobre sua disposição, tamanho, acesso e uso. De fato, as ordenanças de Felipe II foram o mais completo código usado na fundação e construção de cidades na América, engrenagem de um empreendimento colonial em que a cidade fora inicialmente concebida como instrumento de poder metropolitano. Assim, a praça hispânica no Novo Mundo equilibrou o poder emblemático compartilhado entre Estado e Igreja (Crouch & Mundigo, 1977). Neste sentido, a praça urbana portuguesa foi marcadamente heterogênea, pautada pelos interesses específicos que permeavam fundação de cidades em diferentes partes da colônia, onde os cânones, mais fielmente seguidos que as leis, pouco se ocuparam da forma da cidade e da praça, legislando claramente sobre a posição da igreja na paisagem (Marx, 1991:21-22). No entanto, as praças sempre acolheram as sedes de poder, público e principalmente religioso, como espaços definidores do traçado, concebidos para o uso comum. Reis Filho (2000:132-150) afirma que as praças começam a exhibir contornos mais refinados com o amadurecimento do empreendimento colonial. No século XVIII os edifícios religiosos passam por um processo de reforma que confere à paisagem urbana

alguns traços de monumentalidade. Todavia os núcleos da franja cafeeira em São Paulo, moldados no final do século XIX conheceram esse discurso simbólico implexo na disputa espacial travada entre Igreja e o nascente Estado republicano.

No caso de Jaboticabal temos de um lado o religioso Grecco que seguia orientações do Bispo Diocesano de São Paulo, confiadas a ele em visita pastoral no ano de 1893.

A Igreja Matriz situada num declive do povoado não corresponde a importância deste florescente lugar, pois além de muito baixa e sem regras arquitetônicas, foi construída de madeira e barro. Felizmente, em compensação é um templo vasto, perfeitamente seguro e retocado de novo e, se bem que ainda por muitos anos não haja necessidade de uma nova Matriz, recomendamos ao Revdo Parocho e aos fiéis que promovão a construção de uma nova Matriz num planalto que fica sobranceiro ao povoado, e já lembrado pro nosso antecessor de saudosa memória o finado senhor Bispo Dom Antonio Joaquim de Mello. Jaboticabal, 10 de setembro de 1893. (Paróquia de Jaboticabal, 1874-1926).

Em contraposição, a Câmara Municipal na elaboração das posturas municipais de 1902 seguia fielmente as bases do Código Sanitário de 1894. Neste, os 26 artigos iniciais tratam do arranjo de — ruas e praças — sob vários aspectos técnicos como largura e declividade das ruas e calçadas, indicação de materiais construtivos mais adequados e técnicas para construção de sarjetas, pavimentação e curvas de drenagem. O artigo 10, em particular, entende todas as praças como espaços públicos e orienta que devem receber calçadas e ajardinamento (São Paulo, 1894). Ao assumir os antigos pátios das igrejas como “Jardim Público” a municipalidade passa a atuar diretamente sobre estes, buscando aí impingir um desejado padrão de modernidade.

Juntamente com a implantação de legislações específicas para organizar o meio urbano, um conjunto de modelos urbanísticos foi extensivamente copiado nos municípios fundados a partir do avanço das plantações de café. Reis Filho (1994) apresenta a remodelação empreendida por Haussmann como exemplo ideal dessa desejada modernização, aqui representada pelo trabalho de Pereira Passos no Rio de Janeiro. As extensões dessas intervenções transportadas para o interior de São Paulo foram infinitamente modestas, mas não menos simbólicas. A edição do jornal local de 15 de novembro de 1906 aplaude os feitos de Rodrigues Alves e sua “trindade brilhante”: Pereira Passos, Oswaldo Cruz e Paulo de Frontin.

O primeiro, Dr. Passos, qual Haussmann, de Paris, transformou e remodelou completamente o Rio de Janeiro, tornando-a uma das mais bellas Cidades do Mundo; o segundo, Dr. Oswaldo Cruz, saneou completamente a Capital Federal, expurgando-a de seu maior flagello-a febre amarella, e o terceiro, Dr. Frontin, dirigiu os trabalhos de abertura e da construção da Avenida Central, dorando assim a nossa Capital com um dos mais bellos passeios do Universo. Eis em traços ligeiros o que foi a administração do Sr. Rodrigues Alves. [...] E no mais, salve! Ó 15 de Novembro! Salve! Republica Brasileira! (O Combate, 1906).

Nesse encadeamento a cidade transfere para si a tarefa de refletir localmente o progresso e a modernidade da nação e por essa conjuntura, o sucesso no embate pela posse e pelo destino do terreno do antigo cemitério é francamente comemorado.

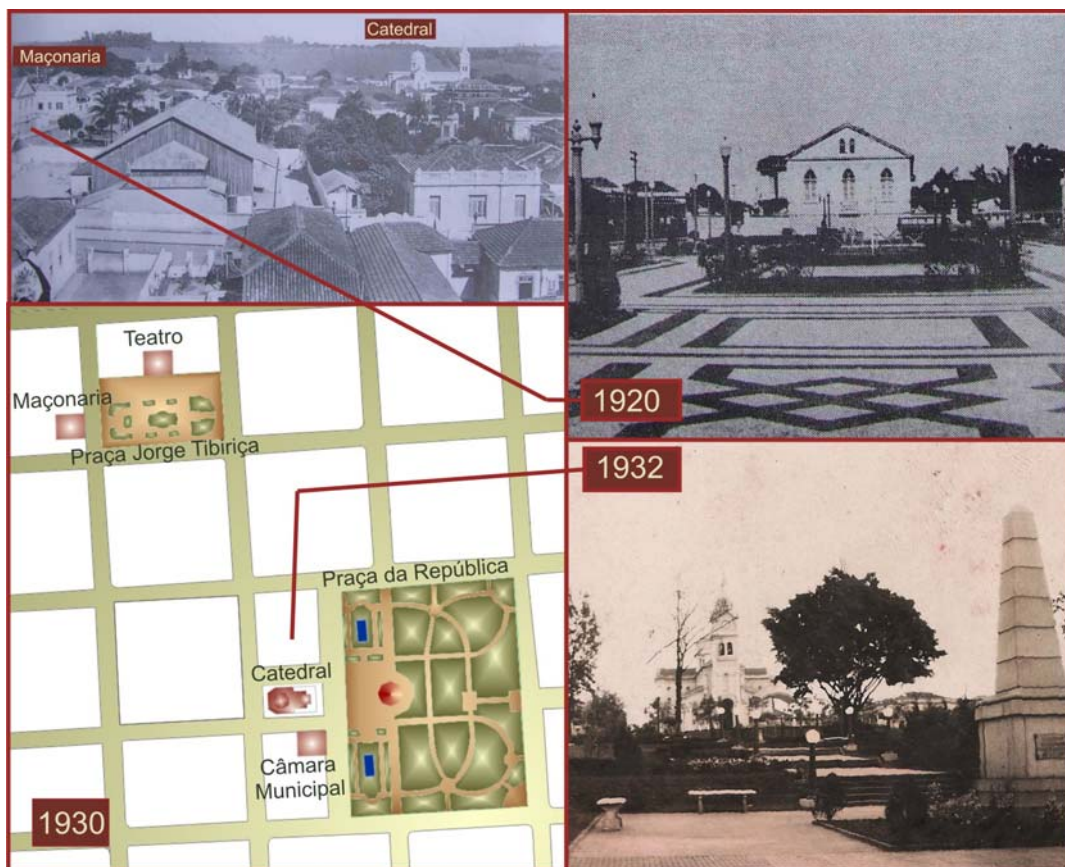
Depois de diversas tentativas aliás infructíferas, vamos ter uma nova praça no melhor local da nossa cidade. Evidentemente, a antiqüíssima e feiosa necrópole da rua da Redempção, que tanto depunha contra Jaboticabal perante os forasteiros que nos visitam, a qual constituía verdadeiro e detestável contraste com os sentimentos esthetas modernos, vae, dentro em breve, ser transformada em aprazível logradouro publico, completamente arborizado. A todas as

tentativas até à presente, oppunham-se embaraços, ora de uns, ora de outros. Faltava, portanto, um homem reconciliador, para intervir com energia e tática nas divergências, adim de, sem desagrado, pôr termo, de uma vez para sempre a essas dissensões e dotar a nossa cidade desse novo título de recomendação.

Coube essa gloria ao ilustre e progressista Dr. Irineu Vileta, digno presidente do Governo Municipal, o qual pode addiciona-la às muitas que já tem conquistado no espaço de tempo bastante curto em que está na presidência da administração do município. Efectivamente, S.Sa. firmemente apoiado pelos seus dignos collegas de vereança e pelo eminente Chefe político, Dr. Coronel Vaz, que, reconhecendo nelle o desideratum único – elevar Jaboticabal ao nível das mais adeantadas cidades do Estado não lhe têm regateado autonomia, prova de inilludível confiança, tem conseguido melhorar consideravelmente a nossa cidade, esperando torná-la dentro de pouco tempo, digna de ser visitada e admirada por quantos apreciam o progresso.

Prossiga, pois S.Sa no seu firme e nobre intuito, que a população hodierna e a da posteridade, saberão tributar ao seu nome aos d'aquelles que lhe prestam braço forte no seu plausível desideratum, a justa homenagem. (O Atalaya, 1907)

Por este contexto, é possível vislumbrar como os primeiros anos do século XX não foram produtivos para o religioso Grecco: em 1910, ele deixou a administração da Fábrica sem alcançar seu objetivo. Depois de muitas negociações, a matriz foi reconstruída no período de 1920-1926, em um lote particular doado pela Câmara, na parte mais alta da Praça da República. A Diocese de Jaboticabal foi criada em 1929, transformando a Matriz em Catedral. Durante grande parte do século XX a igreja foi o único edifício a marcar verticalmente o horizonte urbano, apesar do embate acirrado, e talvez por causa deste, o templo e a praça mantêm ainda um diálogo silencioso, a centralidade magnética do passado paroquial e o monumento cívico do imaginário republicano.



Praça da República e área central de Jaboticabal - 1930

Transformações ou permanências?

Na organização espacial das relações de poder a República articula muito mais um conjunto de continuidades do que propriamente transformações. O poder mudou de mãos, mas permanece altamente hierarquizado. A figura paterna da Igreja é substituída pela figura paterna dos líderes locais. O horizonte da cidade é transformado por um novo padrão estético, fundamentado em novas técnicas construtivas, porém resiste a esse processo a ascendência religiosa sobre o espaço, marcada pela preeminência vertical do templo na paisagem. A vocação territorial do período colonial adentra o século XIX, abrindo florestas e ampliando os solos cultiváveis. A cidade ganha uma significação nova no contexto nacional, porém os laços agrários geradores desses assentamentos também não foram rompidos. A oligarquia cafeeira encarna rapidamente o papel da burguesia européia, no entanto, as relações verticais de dominação não se alteram na mesma proporção. Contudo a cidade mudou. Resta, então, questionar os fundamentos dessa transformação.

Neste sentido, a cidade cafeeira articulada por um novo conjunto de signos parece se aproximar do que Foucault (1986) descreveu como um novo regime no discurso. O importante nessa mudança não é sua rapidez ou amplitude, mas a modificação nas regras de formação dos enunciados, o conteúdo não se altera, o que muda é a estrutura dos elementos de linguagem que o ordena. Foucault tem como objeto o léxico das palavras, mas, se entendemos a organização espacial como linguagem, é possível também aplicá-lo à estrutura física e simbólica do ambiente urbano. Sob esse aspecto, o conceito positivista de ordem abraçado pela República adquire implicações um tanto mais profundas. É um processo de estabelecimento de critérios que transitam entre o empírico e o científico, o campo intermediário, entre o uso do que se poderia chamar de códigos ordenadores e as reflexões sobre a ordem (Foucault, 2000). A República usou o espaço para organizar signos visando à reestruturação dos códigos fundamentais da cultura. Trata-se, da tentativa de sujeição do espaço urbano ao novo projeto de nação. E assim voltamos novamente ao processo cíclico de continuidades e transformações.

“[...] a história da ordem das coisas seria a história do Mesmo — daquilo que, para uma cultura, é ao mesmo tempo disperso e aparentado, a ser portanto distinguido por marcas e recolhido em identidades” (Foucault, 2000:XXII).

Referências

- Andrade, F.P.D. (1966) *Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras*. Tese de Cátedra. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.
- Azzi, R. (1974) “O movimento brasileiro da reforma católica durante o século XIX”. *Revista Eclesiástica Brasileira* 4 (135), p. 646-662.
- Azzi, R. (1976). “D. Antonio de Macedo Costa e a posição da Igreja do Brasil diante do advento da República em 1889”. *Síntese* 8, p. 45-70.
- Barata, A.M.(1999) *A ação da Maçonaria brasileira 1870-1910*. Campinas: Unicamp.
- Baschet, J. (2006) *A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo: Globo.
- Bourdieu, P. (2005) *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Câmara Municipal de Jaboticabal (Brasil) (1905-1912) Livro de Atas, n. 9. Jaboticabal-SP.
- Capalbo, C.R. (199?) *A história de Jaboticabal 1979-1997 e outras histórias*: Ribeirão Preto: Multipress.
- Carvalho, J.M. (2004) *A formação das almas*. São Paulo: Cia das Letras.

- Carvalho, J.M. (2006) *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras.
- Cassirer, E (2003) *O mito do Estado*. São Paulo: Codex.
- Crough, D. y Mundigo, A. (1977) “The city planning ordinances of the laws of the Indies revisited: Part I – Their philosophy and implications; Part II – Three American cities”, *Town Planning Review* 48 (3/4), p.247-268; p. 397-418.
- Faoro, R. (2000) *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo.
- Foucault, M. (1986) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M (2000) *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Habermas, J. (1984) *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Holanda, S.B. (1995) *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras.
- Hoornaert, E. (1979) *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Janotti, M.L. (1981) *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense.
- Maria, J. (1981) *A Igreja e a República*. Brasília: UnB.
- Marx, M. (1991) *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel-Edusp.
- Marx, M. (2003) *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp.
- Miceli, S. (1988) *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Mitra Diocesana de Jaboticabal (Brasil) (1909) Carta de Nunzio Grecco ao Arcebispo de São Carlos (Grecco, N). Jaboticabal-SP.
- Monbeig, P. (1984) *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis.
- Moraes, A.C.R. (2005) *Território e história do Brasil*. São Paulo: Annablume.
- O Atalaya (1907), “Nova praça”, *O Atalaya*, 22 de setembro de 1907.
- O Combate (1906), “15 de novembro”, *O Combate*, 15 de novembro de 1906.
- Paróquia de Jaboticabal (Brasil) (1874-1926) Livro de Tombo, n. 2. Jaboticabal-SP.
- Rama, A. (1984) *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense.
- Reinberger, M. (1997) “Ogletorpes’s plan of Savannah: urban design, speculative freemasonry, and enlightenment charity”. *The Georgian Historical Quartely* 81, p. 839-862.
- Reis Filho, N.G. (1994) *Algumas experiências Urbanísticas do início da República 1890-1920*. São Paulo: Cadernos de Pesquisa do LAP-USP.
- Reis Filho, N.G. (2000) *Evolução Urbana do Brasil 1500/1720*. São Paulo: Pini.
- Saia, L. (1978). *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva.
- São Paulo (Brasil) (1894) *Collecção das leis e decretos do Estado de S. Paulo de 1894: actos do Poder Legislativo e actos do Poder Executivo*. São Paulo: Typographia do Diario Official.
- Sevcenko, N. (2003) *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República*. São Paulo: Cia das Letras.